

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.447.654 - RJ
(2019/0036798-0)**

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
EMBARGANTE : ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA
EMBARGANTE : SANDRA CHIEREGATE
ADVOGADO : ALUIZIO SILVEIRA DE OLIVEIRA - RJ139567
EMBARGADO : ESTELLA BONDAROVSKY - ESPÓLIO
REPR. POR : CLEYDE LUCIA BONDAROVSKY
EMBARGADO : SANDRA HELENA BONDAROVSKY
EMBARGADO : SERGIO BONDAROVSKY
ADVOGADO : VITOR HUGO RABELO MACEDO - RJ105931

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Ação de reparação de danos cumulada com obrigação de fazer e não fazer.
2. Rejeitam-se os embargos de declaração quando ausente omissão, contradição, obscuridade ou erro material a ser sanado.
3. Embargos de declaração rejeitados.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração, opostos por ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA e SANDRA CHIEREGATE, contra decisão unipessoal que conheceu do agravo em recurso especial e não conheceu do recurso especial. Eis a ementa da decisão embargada:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC. INOCORRÊNCIA.

1. Ação de reintegração de posse.
2. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação dos arts. 165 e 458, II, do CPC.
3. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido. (e-STJ, fl. 426).

Em suas razões recursais, os embargantes sustentam persistirem

as omissões apontadas no recurso especial, ocasião em que suscitou violência ao artigo 1.022 do CPC/2015.

Relatado o processo, decide-se.

Com efeito, a questão suscitada pelos embargantes não constitui ponto omissos, contraditório ou obscuro do julgado, mas mero inconformismo com os fundamentos adotados pela decisão recorrida, no sentido de que não houve omissão no julgado proferido pelo Tribunal de origem, razão pela qual se entendeu, no julgamento do recurso especial, inexistir violação ao artigo 1.022 do CPC/2015.

Na verdade, revela-se nítida a pretensão dos embargantes de valer-se dos embargos de declaração para rediscutir matéria já decidida, fazendo com que prevaleça o seu entendimento sobre o tema, intuito esse incompatível com a natureza deste recurso.

Dissociado, o pleito, de qualquer um dos pressupostos de oposição dos embargos de declaração, desautorizada está a pretensão declinada, impondo-se, então, a sua rejeição.

Forte nessas razões, REJEITO os embargos de declaração.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora